

Jorge Fernandes Alves; Silvestre Lacerda - Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela - As origens. In *O TRIPEIRO*, 7ª série, ano XV (1995), nº 1-2 (Janeiro/Fevereiro), p. 41-46, e nº 3, p. 84-88

FÁBRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DO RIO VIZELA AS ORIGENS*

Jorge Fernandes Alves

Silvestre Lacerda

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, agora a comemorar o seu sesquicentenário, ocupa um lugar mítico na história das empresas nortenhas. Na verdade, constitui um dos mais precoces exemplos de modernização industrial verificados no Norte de Portugal, tendo começado por ser na versão original apenas uma fiação com o objectivo de responder ao aprovisionamento nacional de fio de algodão, então importado da Inglaterra e, por isso, sujeito às vicissitudes externas. Constituiu, desta forma, um abanão num sector - o têxtil - caracterizado pela profunda dispersão de pequenas unidades artesanais de tecelagem e pela persistência de formas domiciliárias de produção, praticamente dependentes do abastecimento externo da matéria-prima. O sucesso da fábrica tem-lhe permitido ser apontada como um exemplo da vontade modernizadora de um grupo de industriais nortenhos dos meados do século XIX que, de um só golpe, pretendiam não só ganhar independência em relação aos fornecedores ingleses como intervir decisivamente no mercado local naquele sector. Uma imagem muito difundida, a que a micro-análise histórica introduz algum matiz.

1. O clima político

1845. No clima económico da altura borbulhava alguma esperança relativamente à concretização dos então chamados "melhoramentos materiais". Os cartistas ufanavam-se de, com a política autoritária de Costa Cabral, introduzirem a "confiança

pública" e de resolverem os crónicos problemas orçamentais a partir da arrematação do *Contrato dos Tabacos, Sabão e Pólvora*, contrato de monopólio através do qual se garantia o fornecimento regular de elevadas quantias ao Estado. Uma prova desse clima optimista era a proliferação de companhias para a concretização de objectivos económicos, de entre as quais se destacava a *Companhia de Obras Públicas do Reino*, a chamada "companhia monstro" pelo seu elevado volume de capital, 12 mil contos de réis. Companhia que inundara o Minho de engenheiros franceses e outros técnicos para a construção de estradas, com relevo para as ligações a Braga, por Famalicão, e a Guimarães, por S. Tirso. Com efeito, a construção de estradas tinha sido contratada com o Conde de Claranges Lucotte, que trazia como director de obras o engenheiro S. Bigot, já conhecido por, em 1842, ter construído a ponte pênsil do Porto. Em Agosto de 1845 não faltaram até as visitas ministeriais, com o Conde de Tojal a examinar a estrada de S. Tirso a Guimarães, na companhia de Bigot, e a ser alvo de recepção por parte do Conde de Lucotte.

O espírito da "associação de capitais" para a criação de empresas fazia então escola, numa euforia só toldada pelas nuvens de "agiotagem" com que os jornais da oposição fustigavam os cabralistas, renunciando a borrasca que no ano seguinte se abateria sobre o País, com as tempestades da Maria da Fonte e da Patuleia. É neste clima que, em Setembro de 1845, surgem notícias nos jornais do Porto da criação de duas companhias para estabelecimentos de fábricas de fiação de algodão.

Assim, o periódico *A Coalisão* anunciava a 16 de Setembro a organização de uma sociedade para o estabelecimento de uma fiação de algodão movida por água, nas margens do rio Vizela, tendo acabado de chegar de França um engenheiro desta nacionalidade com as máquinas necessárias. E o jornal profetizava:

São incalculáveis as vantagens que de semelhantes estabelecimentos havemos de colher. O nosso commercio com o Brasil, que cada dia se tornava mais decadente, por certo que receberá um vigoroso impulso: os algodões que daquelle Imperio se exportavam para Inglaterra, para depois d'alli nos virem fiados, serão exportados directamente para nossos portos. Deste aumento de commercio lucrará muito a nossa navegação. Numerosos hão-de ser também os braços que estes estabelecimentos tem de ocupar, e por consequencia, numerosas hão-de ser as famílias que se arrancarão das garras da miséria. Damos pois sinceros parabéns aos illustrados patriotas que conceberam, e vão levar a effeito este grande serviço nacional, e também lhes damos os parabéns por haverem dado esta tão honrosa

direcção a seus capitais. Finalmente auguramos muito bem desta empresa porque á testa della se apresentam firmas respeitáveis, que saberão dar-lhe impulso.

Por seu turno, *O Cosmopolita*, que dedicará apenas breves linhas à Fiação de Vizela, vai embandeirar em arco com o projecto paralelo de Eduardo Moser, o negociante de origem holandesa que se propusera criar uma companhia por acções, denominada *Concórdia*, para instalar uma fábrica de fiação a vapor nas margens do Douro, no que era acompanhado por João Lourenço Ferreira Braga, Manuel Vicente de Araújo Lima, todos comerciantes¹. Companhia cuja escritura relativa aos estatutos datava já de 8.7.1845 e que na altura procedia à subscrição de acções. O referido jornal elogia este "systema de empresas" para criar prosperidade e dá ênfase à criação de postos de trabalho e ao papel de substituição de importação de fio de algodão ("*é extraordinária a importação que de Inglaterra se faz deste género assim preparado, porque entre nós é muito grande o seu consumo*"). Anuncia que "*se vai mandar vir de Inglaterra, o preciso machinismo, o qual será feito com todos os melhoramentos que á poucos annos se tem inventado*", e enaltece o protagonismo de E. Moser, tanto mais que se trata de um estrangeiro a concorrer para o desenvolvimento de Portugal. Pouco depois (30/9), em carta à redacção a agradecer os elogios "immerecidos", E. Moser, embora revelasse todo o seu entusiasmo no projecto, lamentava-se já que a fábrica "*suffreu mais opposição d'alguns nacionaes, do que dos próprios estrangeiros cujos interesses ameaça afectar*".

Ou seja, a emulação estava presente nestes projectos industrialistas, sendo de salientar que a Fiação de Vizela deriva de um grupo de sociabilidade restrito, a *Associação Civilizadora*, com sede na rua da Fábrica, nº 19, sendo que alguns dos dirigentes desta Associação compunham em grande parte o núcleo de sócios da Fiação. Talvez o facto de terem optado por uma sociedade, em forma de parceria, explique a persistência do projecto: nas sociedades por acções, a realização do capital ía entrando por fracções graduais, retraindo-se geralmente logo que surgiam dificuldades. O que explica o desaparecimento do rasto da companhia por acções criada por Eduardo Moser, com capital previsível de 400 contos de réis, com uma primeira emissão de 200 contos, mas apenas uma exigência de 10% até a fábrica estar montada. A crise política e económica despoletada a partir de 1846 pode ajudar a compreender o fracasso deste projecto, tanto mais que a mobilização de capital através de acções para empreendimentos industriais não era ainda uma prática suficientemente testada nos meios de negócios portuenses, onde, para a época, só se

conheciam alguns casos de sucesso na área financeira (o *Banco Comercial* e a companhia de seguros *Segurança*).

2. O arranque

A 15 de Setembro de 1845, onze homens de negócio da cidade do Porto selavam entre si o projecto de criação de uma "sociedade de parceria mercantil sem firma", tendo por objecto "o estabelecimento d' huma fabrica de fiação d'algodão movida por agoa nas margens do rio Vizella". Para isso passavam a escrito particular o estabelecido oralmente, com a cláusula de posteriormente ser passado a escritura pública, o que só veio a acontecer a 19 de Maio de 1846. Daqui se deve datar a fundação legal da empresa, pois de acordo com a legislação vigente, o "contrato de parceria por convenção só pode ser celebrado por escriptura publica", sob pena de se considerar a associação como uma sociedade tácita, em que os sócios respondem solidaria e ilimitadamente perante terceiros (Código Comercial de 1833, art. 585).

Face ao quadro jurídico da época, o estatuto de "parceria mercantil" explicita-nos desde logo as cautelas dos investidores. Com efeito, segundo o Código Comercial de 1833, a parceria é uma associação "sem animo de sociedade", onde só existe a situação de co-proprietário ou comparte, limitando-se a responsabilidade de cada sócio ao quinhão de entrada, sendo-lhe vedado qualquer acto de gestão, a qual seria assegurada apenas pelo que fosse eleito "Caixa" pela sociedade à pluralidade de votos.

E quem eram estes sócios fundadores da Fábrica de Fiação do Rio Vizela? O Quadro I dá-nos a resposta, com a participação respectiva no capital, que na totalidade atingia os 40 contos de réis. O relevo vai naturalmente para Eugene Cauchoix, um engenheiro francês que só por si participava com um terço desse capital, no montante de 13333\$333, valor representado pelas máquinas que vendeu à Sociedade (no total de 15389\$080, tendo por isso sido abonado da diferença). Mais dez sócios repartiam entre si os outros dois terços do capital, tendo ficado António José Cabral com a segunda maior quota (10%) no valor de 4 contos de réis, José António da Silva e Sousa apenas com 3,3% e cada um dos oito restantes com 6,7% do capital, o que equivalia a uma tomada de 2666\$667 réis.

Quadro I - F. F. R. V. - Sócios e participações em 1846

Sócios	Quota	%
Eugene Cauchoix, eng ^o francês	13333\$333	33,3
Paulo José Soares Duarte	2666\$667	6,7
António Martins dos Santos	2666\$667	6,7
João António da Silva Guimarães	2666\$667	6,7
António José Gonçalves Agra	2666\$667	6,7
Des. Silvério da Silva e Castro	2666\$667	6,7
Manuel Joaquim Machado	2666\$667	6,7
Joaquim Pereira Vilar	2666\$667	6,7
José Joaq. de Araújo Guimarães	2666\$667	6,7
António José Cabral	4000\$000	10,0
José António da Silva e Sousa	1333\$333	3,3
Total	40000\$002	100,0

Eram quase na totalidade homens de comércio do Porto, que surgem nos almanaques com a referência abrangente de "negociantes", ligados ao comércio mas com interesses diversificados, embora alguns deles fossem claramente homens de indústria. A única exceção é a do Desembargador Silvério da Silva e Castro, proprietário (com a esposa) dos terrenos em Negrelos escolhidos para a construção da fábrica, e essa talvez seja a razão da sua participação, pois os 512\$000 réis da venda dos terrenos ficaram em Caixa para acerto da sua participação². Para lá da convergência na Associação Civilizadora, da rua da Fábrica a que já nos referimos, anotemos mais algumas referências biográficas. Paulo J. S. Duarte era director da *Empresa Portuense de Navegação a Vapor*, além de proprietário de veleiros da carreira do Brasil, nomeadamente na emigração, como era o caso da barca Minerva. José Joaquim de Araújo Guimarães era um conhecido "brasileiro", director da *Companhia Fabril de Paço de Rei* que detinha uma fábrica de vidros em Gaia. Propriamente industriais de tecelagem eram apenas três: Joaquim Pereira Vilar, que possuía uma fábrica na rua de Vilar, datada já de 1815, que ocupava cerca de 150 operários; Manuel Joaquim Machado, com tecelagem na rua do Paço (Miragaia), que era talvez o industrial têxtil mais considerado da época, dando trabalho a 437 operários, sendo ainda um dos mais activos no associativismo industrial, fundador tanto da Associação Industrial do Porto como da Associação Industrial Portuense e tendo já estado presente na primeira tentativa associativa que desde 1838 procurava a legalização - a *Associação Artista e Industrial da Cidade do Porto*; e António José Cabral, que tinha uma tecelagem mais modesta na rua do Príncipe, pois ocupava por

essa altura apenas 22 operários. Dos restantes sócios temos apenas a referência de "negociantes", desconhecendo o ramo e o estatuto, salvo que a maior parte deles eram "matriculados", ou seja, estavam inscritos no Tribunal de Comércio para usufruírem da jurisdição comercial, o que revela uma prática comercial organizada e duradoura.

Mas o engenheiro E. Cauchoix surge, de facto, como a alma da fábrica no seu arranque. Não só assegura uma destacada fatia de capital, como assume a direcção da fábrica em condições leoninas: *"fica obrigado a preparar as maquinas e os mais utensilios que vendeo á Sociedade, e a faze-las montar na fabrica ate ao ponto de trabalharem, correndo todas as despesas que n'isto se fizerem por sua conta delle; e bem assim fica tambem obrigado a dirigi-las com os dez mil e duzentos e doze fusos que tem, conforme a nota que apresentou á Sociedade; e igualmente se obriga a fazer o fio d'algodão igual ao melhor que aqui se importa, e de todas as grossuras que consomem os nossos Fabricantes"*. Mais: o mesmo sócio fica obrigado a dirigir o trabalho das máquinas como mestre da fiação e como engenheiro, cabendo dar todas as directivas para a construção da fábrica e para o começo da fiação, e na impossibilidade eventual de o fazer, arranjaria substituto, pagando-lhe por sua conta. Auferia pela seu trabalho um conto e quatrocentos mil réis anuais. Mas Cauchoix arrisca ainda mais: *"toma sobre si a responsabilidade de satisfazer a cada hum dos outros socios o seu capital, e o lucro de cinco por cento, quando passados dezoito meses depois da fabrica começar a trabalhar, todos, ou alguns delles se não acharem satisfeitos com os seus interesses, com tanto que as pautas da Alfandega se não tenham ate então modificado nos direitos do fio d'algodão"*.

O edifício seria construído junto à ponte de S. Tomé de Negrelos (lugar de Firveda, na margem do rio Vizela, sendo para isso cedidos à sociedade um terreno e dois açudes que eram propriedade do desembargador Silvério da Silva Castro. Confrontava o terreno de construção a norte e nascente com o rio, a sul com a estrada pública e a poente com um souto baldio da quinta do Pedreçal. Tal como previa o Código Comercial, era atribuído um tempo de duração à parceria, que neste caso era de 25 anos, findos os quais poderia ser dissolvida ou prolongada conforme a vontade da maioria dos sócios. Anualmente, depois do balanço, os sócios deveriam ser embolsados do juro de 6% sobre o capital investido, com os lucros restantes a contribuírem para o fundo da sociedade, enquanto não houvesse decisão em contrário. A alienação de quotas estava sujeito à preferência da Sociedade.

O clausulado evidencia claramente que o esforço e, com toda a probabilidade, a iniciativa da construção da fábrica pertenceram ao francês Cauchoix. Os sócios

portugueses colocam, na verdade, múltiplas exigências de retribuição de capital e de qualidade do produto, reservando-se ainda o direito de saírem da sociedade se achassem que o seu arranque não lhes merecia confiança, assegurando o reembolso do capital em causa com juros. Ou seja, o risco aqui é quase na totalidade assumido pelo engenheiro francês, o qual provavelmente aliciou os outros sócios não só para completarem o capital necessário mas, sobretudo, para garantirem o escoamento do produto final, uma vez que a maioria trabalhava na tecelagem com fio importado de Inglaterra.

De resto, alguns dos sócios nem sequer assumem por inteiro o seu investimento, figurando nominalmente como sócios, mas representando na verdade pequenas sociedades de capital constituídas exteriormente para efeitos de participação. Isso acontece logo a 29.10.1846 com António Martins dos Santos, que partilha a sua quota com dois outros sócios exteriores, mas continuando a figurar nos corpos sociais como o único detentor da fracção de capital respectivo. Pouco depois, a 23.12.1846, José Gonçalves Agra toma idêntico procedimento, cedendo participações a José G. Vasco, Manuel José Pereira Lima e Joaquim Pinto Leite, estes últimos dois "brasileiros" capitalistas da praça portuense. E em Abril de 1847 também José António da Silva e Sousa aliena parte do seu capital, que, entretanto, se elevava aos três contos de réis: cede um conto e quinhentos mil réis a António José Cabral e fazia um escritura pela qual reconhecia que António Torquato Ribeiro Guimarães e Domingos António Gonçalves Braga participavam na sua quota restante (1500\$000 réis) com quinhentos mil réis cada, devendo usufruir das regalias estatuídas pela Sociedade no que se refere a juros e lucros, embora, face aos estatutos, continuasse só ele próprio a figurar como o único sócio responsável por este capital³. Enfim, partilhas de riscos que tanto podem corresponder a desconfianças no futuro da fábrica como a necessidades financeiras inadiáveis dos seus titulares.

Para além dos termos mais ou menos oficiais, o projecto da Fábrica de Fiação do Rio Vizela ganhara forma a 15 de Setembro de 1845, ou seja, passou-se o compromisso ao papel depois de o engenheiro francês colocar cá pelo menos algumas das máquinas necessárias. Segundo *O Cosmopolita*, a 26 de Setembro já um grupo constituído pelo caixa José Joaquim de Araújo Guimarães, por António Martins dos Santos, pelo engenheiro e por alguns operários se dirigira do Porto para Negrelos para dar início à construção da fábrica. E *A Coalisção* noticiava a 9 de Outubro que já se dera início ao edifício da fábrica, ali trabalhando para cima de 60 pedreiros "e maior número procuram os directores, porque estão empenhados em aprontar o seu

estabelecimento com toda a brevidade", acrescentando estimar que "esta empresa não teve a sorte de muitas outras que se tem tentado, e que morreram á nascença".

3. A afirmação

Os primeiros tempos não terão sido fáceis. A conjuntura política a partir de 1846 foi marcada por revoltas populares e golpes palacianos, nada favorável ao desenvolvimento económico. Tanto mais que a instabilidade tinha por base uma depressão internacional que só a partir de 1848/50 começou a dar sinais de inversão.

Em todo o caso, em 1848, a fábrica de Negrelos importou do estrangeiro 5140 arrobas de algodão em rama, tendo produzido 4369 arrobas de fio todo vendido no mercado nacional. Empregava já nessa altura 58 homens, 54 mulheres e 35 rapazes, com salários que oscilavam entre os 60 e os 440 réis, mas continuava ainda o trabalho de montagem de máquinas, pelo que as receitas ainda não cobriam as despesas. Em 1854, a capacidade de emprego da fábrica já tinha mais do que duplicado, verificando-se uma população operária de 155 homens, 151 mulheres e 92 rapazes, ou seja, quase quatro centenas de trabalhadores. Números que a colocavam já à frente das outras empresas têxteis do Porto, com excepção da tecelagem de Manuel Joaquim Machado, pois esta ultrapassava o meio milhar, embora com um peso muito elevado de mulheres, o que representava um valor muito inferior do custo do trabalho. Sublinhe-se que E. Cauchoix não sobreviveu muitos anos à criação da fábrica: os almanaques de 1854 referem entre os sócios da altura Benjamim Cauchoix e outros herdeiros de Eugene Cauchoix. E os administradores são três dos sócios: António José Cabral, Joaquim Pereira Vilar e Manuel Joaquim Machado, ou seja, acabaram por ser os três industriais de tecelagem a assumir a dinamização fabril, assegurando deste modo o abastecimento de fio das suas próprias fábricas. Talvez este facto ajude a explicar as informações de Queirós Ribeiro, segundo as quais a Fiação do Rio Vizela esteve dezasseis anos sem distribuir lucros:

"A exploração desta fábrica só se animou quando a Guerra de Secessão da América fez elevar vertiginosamente, na Europa, o preço dos tecidos de algodão. Deu-se, por acaso, a circunstância de esta fábrica ter nesta ocasião, em armazém, grandes quantidades de algodão anteriormente importado por baixo preço, que pode então aplicar no fabrico intenso de tecidos, os quais atingiram preços elevadíssimos. Nesta época, o valor do algodão em Portugal passou de 200 réis o quilo para 600

réis. Aquela fábrica conseguiu, então, realizar lucros fabulosos, que lhe permitiram distribuir durante alguns anos um dividendo de 50%"⁴.

Ou seja, é a crise de fio que cria uma conjuntura propícia para adoptar a tecelagem, num exercício de verticalização, o acontece numa altura em que a liderança administrativa é exclusivamente de António José Cabral (o qual chamara a si, gradualmente, a maioria do capital). Emerge, então, a prosperidade, a que não é alheia a localização geográfica da fábrica, que traz algumas mais-valias face aos sobressaltos da indústria urbana. Assim, a Fábrica insere-se num meio rural com fortes tradições no artesanato do linho, surgindo o algodão como alternativa à crise daquele produto, o que permitia uma mão-de-obra abundante e dócil. O salário da fábrica surgia aqui, frequentemente, como complemento familiar ao produto do campo (ou vice-versa), o que embaratecia consideravelmente o factor trabalho. Não se via a agitação operária e reivindicativa que se intrometia nas fábricas da Cidade (a primeira greve aqui data apenas de 1910). Finalmente, eram menos rigorosas as exigências de salubridade e segurança previstas para o funcionamento fabril na cidade e havia, em termos energéticos, a disponibilidade de um importante curso de água.

4. Evolução societária

Nos termos estatutários de origem, a sociedade durava 25 anos, ou seja, terminaria a 19 de Maio de 1871, salvo resolução em contrário. Houve acordo para prorrogar o prazo, mas decidiu-se depois a dissolução jurídica, efectuada a 1 de Maio de 1872, mas tendo como base o balanço de 31 de Dezembro de 1871, iniciando-se de imediato nova parceria para assegurar a continuidade empresarial. Para além dos prazos estipulados, havia que acertar a composição social, pois entretanto alguns sócios haviam falecido, com as quotas a distribuírem-se por vários herdeiros, como era o caso de Benjamim Cauchoix, cuja família reclamava de França o envio de fundos, ou de João António da Silva Guimarães, além de outros acertos por acordo entre alguns sócios. Assim, a retirada da quota de Cauchoix era distribuída proporcionalmente pelos diversos sócios, com a paga respectiva aos herdeiros, enquanto a de João A. S. Guimarães era parte para José António da Silva e Sousa e outra parte para Honoré Vavasseur, francês e novo director técnico da fábrica, que assim entrava para sócio. Pelo balanço de 1871, o capital líquido da empresa elevava-

se agora a 168430\$358 réis e a distribuição dos quinhões dos diversos parceiros (agora substancialmente alterados por heranças e aquisições) era a seguinte:

Herdeiros de António Martins dos Santos - 9907\$670, agora representados por Daniel Martins de Moura Guimarães (um "brasileiro" fundador do Grande Hotel do Porto)⁵;

Herdeiros de Benjamim Cauchoix - 26420\$443 (quota reembolsada, por distribuição proporcional entre os restantes parceiros);

Diogo José Cabral - 36878\$537;

Emília Rosa Cabral - 20365\$760;

Emília, menor - 20365\$760 (estas duas representadas pelo dr. José Pereira da Costa Cardoso, respectivamente, marido e pai);

Francisca Maria de Cerqueira Vasco, 9907\$670 (1/3 adquirido por José António da Silva e Sousa);

João António da Silva Guimarães - 9907\$670 (passando para José António da Silva e Sousa - 3907\$670; e para Honoré Vavasseur - 6000\$000);

José António da Silva e Sousa - 4953\$838;

Maria Amélia Machado - 19815\$340, representado por Felisberto de Moura Monteiro (seu marido);

Herdeiros de Paulo José Duarte, 9907\$670, representados por Manuel Gualberto Soares.

Segundo os estatutos da nova firma, continuava a mesma designação empresarial - *Fábrica de Fiação do Rio Vizela*, com sede no Porto (largo dos Clérigos) e fábrica em Negrelos (S. Tirso). A duração prevista era agora de dez anos e, embora continuando a consignar-se o objectivo fundamental da fiação de algodão, autorizava-se o alargamento da actividade à torcedura, tinturaria e tecelagem. O capital era agora arredondado para 169500\$000, numa distribuição em que a família Cabral "pesava" já 55%.

Quadro II - F. F. R. Vizela: distribuição de capital em 1872

Sócios	Participação	
	(contos de réis)	%
Daniel Martins Moura Guimarães	12	7,08
Diogo José Cabral	44,5	26,25
Emília Cabral, menor	24,5	14,45
Emília Rosa Cabral	24,5	14,45
Francisca M ^a Cerqueira Vasco (associada a Fc ^o Agostinho Velho)	8	4,72
Felisberto de Moura Monteiro	24	14,16
Honoré Vavasseur	6	3,54
José Ant. da Silva e Sousa	14	8,26
Manuel Gualberto Soares	12	7,08
Total	169,5	100,00

Sublinhe-se que a entrada do técnico H. Vavasseur para a Parceria foi uma iniciativa do Administrador da altura, Diogo José Cabral, como forma de agarrar o técnico, interessando-o nos lucros, uma prática habitual ao tempo. Para esse efeito, foi a própria empresa que lhe emprestou os seis contos de réis, conforme escritura de reconhecimento de dívida, comprometendo-se a pagá-la no prazo de um ano, com juros de 5%.

No ano seguinte, em assembleia de 20 de Março de 1873, a parceria estava de novo em dissolução. De imediato a empresa foi licitada em 210 contos de réis (apenas por 1903\$389 réis, acima da avaliação oficial que era de 209806\$621) pelos parceiros cessantes (Gualberto Soares já representado por um tutor dos herdeiros, e alguns outros por procuradores), com excepção de José da Silva e Sousa, por quem esperaram das nove ao meio dia, mas que não apareceu. O desencontro com este sócio era óbvio, e, pela ausência, impunha-se-lhe a retirada da nova parceria. Recebia, contas feitas, a verba de 21661\$891 correspondente à sua parte na avaliação, montante guardado em depósito pelo administrador Diogo Cabral para futuro acerto de contas, das quais receberia efectivamente pouco mais de dois contos, por razão de dívidas à empresa na ordem dos 14 contos e à penalização de 25% previsto nos estatutos da parceria para os compartes que não comparecessem ao acto de dissolução.⁶

Deste modo, a 31 de Março de 1873 inicia-se nova parceria que sucedeu de imediato à extinta, prevista para a duração de dez anos a partir desta data, sendo os estatutos em tudo semelhantes aos anteriores, mantendo-se as participações de capital, cujos montantes foram acrescidos pela distribuição proporcional da quota de

Silva e Sousa, num total de 210100\$000. Este capital será aumento em 30% quatro anos mais tarde, passando a 273130\$000, pois parte dos lucros entretanto verificados tinham passado a fundo de reserva para investimento na fábrica, no sentido de a equipar e desenvolver.

Nesse ano de 1877 houve um trespasse de quota de Agostinho Velho para Francisco Cardoso Valente, por 14053\$000, transacção esta aceite uma vez que não houve interessados entre os restantes sócios para a sua aquisição preferencial⁷. E em 1879 é o "brasileiro" Daniel Martins de Moura Guimarães que vende, aceitando desta vez a Parceria essa aquisição, sendo paga pela respectiva caixa e aumentando, em consequência e proporcionalmente, as quotas dos diversos sócios. Na altura, é nomeado administrador da Parceria Felisberto de Moura Monteiro, por falecimento de Diogo Cabral.

Quando em 1881 se realizou o inquérito industrial, a comissão encarregada da visita às fábricas não teve autorização da administração da empresa para esse efeito, pois os sócios há muito que tinham proibido qualquer visita, seguindo estritamente a leitura do regulamento interno que datava de 9.8.1847⁸. Mas os relatores consideravam então que a Fiação de Vizela, só por si, representaria mais de um terço de toda a fiação do distrito, sendo pela sua prosperidade e importância, a verdadeira "reguladora dos preços do fio". E apontava que na repartição da fazenda de S. Tirso constava a existência de 18120 fusos, embora outros fabricantes a acusassem de ter cerca de 30000, com uma produção anual de 150000 maços de algodão, no valor de 250 a 300 contos de réis⁹.

O termo para a dissolução da sociedade, segundo os estatutos em vigor, apontava agora para 31.3.1883, quando se completavam dez anos sobre a escritura, cabendo aos sócios deliberar em conformidade. E nesse sentido, a dissolução foi decidida, embora adiada para o final desse ano, mas iniciando-se nova parceria. Pelo balanço de 31.12.1883, a Fiação do Rio Vizela valia agora 273130\$000. *"Não convindo á nova Parceria, que vae organizar-se por substituição d'aquella outra, que os ditos filhos de Manuel Gualberto Soares continuassem a representar, como na antiga Parceria representaram, o quinhão que n'esta tinham"*, decidiram todos que aqueles recebessem em dinheiro a participação a que tinham direito (22850\$000 réis), com a condição de esta quota ser depois trespasada a um só descendente daquele, António Gualberto Soares. Evitava-se, assim, a proliferação quantitativa dos sócios. A fracção do falecido Diogo Cabral distribuía-se agora pela viúva, Maria Emília de Jesus (44160\$040) e os dois filhos menores, Maria e Diogo (20529\$980). Nova

parceria, com a mesma designação, sem firma e de responsabilidade limitada, iniciava-se sem descontinuidade de qualquer espécie, com a assunção de todas as responsabilidades anteriores e por mais um período de dez anos, a partir de 1 de Janeiro de 1884.

Face ao inquérito industrial de 1890, repetia-se a política de sigilo. A informação obtida foi muito lacónica, recusava explicitar pormenores. No entanto, afirmava a existência de 308 máquinas, com 25000 fusos e 200 teares. Em termos energéticos, existiam 2 turbinas com a força de 240 cavalos-vapor e duas máquinas a vapor que representavam 650 cv. E empregava uma população operária de 629, dos quais 9 mestres, que surgem no inquérito como sendo todos do sexo masculino, sendo de duvidar que não houvesse representação do sexo feminino. Só 9, provavelmente os mestres, sabiam ler. Duração de trabalho: 12 horas de verão e 9 horas de inverno. Como base financeira, 350 contos de capital fixo e 180 contos de capital circulante era a informação da altura, que se traduziriam numa produção anual de 400 contos, facto que a colocava no terceiro lugar do "ranking" produtivo das empresas industriais do distrito, só suplantada por duas fábricas de tabaco¹⁰.

Em 30.5.1894 surge nova alteração societária: por dissolução da parceria, surge agora uma sociedade comercial comanditária simples, com a denominação de *Fábrica de Fiação e Tecidos Rio Vizela*, sob a firma de *Cabral, Vavasasseur, Soares & Monteiro, em Comandita*, ou seja em que estes quatro sócios apareciam como solidários e com responsabilidade ilimitada, enquanto os restantes eram apenas comanditários, isto é, limitando a sua responsabilidade ao capital a que tinham direito na empresa. Foi um período de forte crescimento, em que as alterações pautais verificadas a partir de 1892 permitiram ao têxtil nacional a conquista do mercado colonial de África, com a Fiação de Vizela a estabelecer, mais tarde, uma sucursal em Angola. Segundo o catálogo da Exposição Industrial de 1897, realizada no Palácio de Cristal, onde se apresentou com fio e com tecidos (pano cru), a fábrica ocupava já 305 homens, 610 mulheres e 305 menores.

Este crescimento levou a nova dissolução e nova constituição de sociedade, que acontece em 1897, mantendo-se a configuração empresarial anterior. Registava, porém, um aumento de capital, com base no balanço que acusava agora 748 contos de réis, a que acrescia a entrada de 10 contos de réis relativa ao novo sócio, o técnico Victor Haettich, conforme escritura notarial de 9.6.1897, a qual previa ainda uma duração de 10 anos para a sociedade¹¹.

Quadro III - Capital da F. F. e Tecelagem do Rio Vizela - 1897

Capital fixo:	Valor em réis
Propriedades	213015\$475
Maquinismos	419901\$863
Móveis e utensílios	2329\$600
Capital circulante:	
Em Mercadorias	112753\$062
Em dinheiro	10000\$000
Total	758000\$000

O ciclo natural da vida introduziu algumas alterações nos sócios, com Diogo Cabral Júnior, pouco depois feito Conde de Vizela¹², a concentrar na sua pessoa as quotas das duas familiares entretanto falecidas (Emília Rosa Cabral e Maria Emília de Jesus Magalhães Cabral). A morte de Honoré Vavas seur em 23.5.1906, dado que este era sócio solidário na responsabilidade social, impunha, porém, a dissolução da sociedade, facto legalizado por escritura de 11.1.1907, embora com validade a partir daquela data do falecimento, o que coincidiu, grosso modo, com o período previsto de duração.

De imediato se constituía nova sociedade, em que Vavas seur era substituído no núcleo solidário por Victor Haettich, o novo director técnico da unidade e já sócio, embora como comanditário, girando a empresa agora sob a firma *Cabral, Soares, Haettich & Monteiro, em Comandita*. O capital da sociedade continuava avaliado em 758 contos de réis, distribuído da mesma forma que dez anos antes, o que nos pode indiciar alguma estagnação na empresa, que, assim, não seria imune à estagnação que, por esta época, se viveu no sector.

Capital este que era agora detido na sua maioria pelo Conde de Vizela, o qual, por vicissitudes de herança e pelo crescimento proporcional das quotas, chamava a si 526176\$000 réis, ou seja, 69,4%. Esclarecedor se acrescentarmos que, estatutariamente, cada sócio tinha, em assembleia geral, um voto por cada dez contos de réis.

A fábrica estendia-se já às duas margens do Vizela e a administração da sociedade contava agora três gerentes: um técnico, encarregado de vigiar o andamento dos estabelecimentos fabris, e dois financeiros, sendo o primeiro Victor Haettich e os segundos o Conde de Vizela e António Gualberto Soares.

Quadro IV- F. F. T. Rio Vizela: evolução do capital

<u>Ano</u>	<u>Capital (contos de réis)</u>
1845	40
1872	169,5
1873	210
1877	273,13
1890	530
1897	758

Os anos seguintes correspondem a tempos de crescente afirmação, com a Fábrica do Rio Vizela a constituir um pólo industrial com inegável dinamismo no meio local: tornou-se o maior empregador da região, contando-se por vários milhares (oscilando em volta dos três mil) a população operária, apesar das vicissitudes da vida industrial. De entre essas vicissitudes é de destacar a famosa greve de Julho/Agosto de 1910, reivindicando alterações salariais, mas também, por exemplo, o fim dos castigos corporais ou a liberdade de voto em eleições¹³. Merece também relevo o incêndio de 1911, que, destruindo uma grande parte das instalações, terá sido bastante penalizadora. Mas, dentro da política social desenvolvida então pelas maiores empresas, a Fiação do Rio Vizela não esqueceu a construção de habitações para os seus operários. Com efeito, conforme descreve e ilustra o *Boletim do Trabalho Industrial* (nº 66), esta Fábrica comprou "uma grande área de terreno, próximo à sua importante fabrica, uma das principais da Península, no qual abriu larga e extensa avenida, a baixo preço aforando a seus operários os terrenos marginais, para construção de habitações". Aforamentos a 7,5 réis por metro quadrado, pagos durante vinte anos, mas remíveis em qualquer ocasião.

Conclusões

A *Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela* foi originalmente o desafio de um técnico estrangeiro para a produção nacional de fio de algodão. A estrutura jurídica,

inicialmente de *parceria* e depois de *sociedade em comandita*, favoreceu a concentração gradual do capital em mãos familiares, num processo conjugado de heranças e de cláusulas que estabeleciam a preferência para os sócios já existentes em caso de alienação. Este "fechamento" tendencial fez com que a família Cabral, descendente de um dos fundadores, António José Cabral, viesse a liderar quase todo o desenvolvimento da empresa, conferindo-lhe uma história de avanços e recuos em termos de crescimento e investimento que se justapõe grosso modo à história da indústria têxtil nacional. Neste contexto, as fiações, tecnicamente mais estruturadas, avançaram numa linha verticalizadora para a tecelagem e depois para a tinturaria, subjugando gradualmente a indústria artesanal que durante muito tempo foi a imagem de marca da têxtil nortenha.

Desenvolvimento que prossegue desde 1973 sob outras mãos, desde que o industrial têxtil Narciso Machado Guimarães adquiriu esta fábrica, ampliando o domínio que já detinha neste sector. Aliando a história à prospectiva, a actual e excelente exposição comemorativa dos 150 anos da FFTRV fornece a imagem de uma empresa que continua dinâmica e virada para o futuro.

+++++++ // +++++++

Jorge Fernandes Alves - O Presente e o Futuro na Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Ld ^a . In <i>O TRIPEIRO</i> , 7 ^a série, ano XV (1996), nº 1 (Janeiro), p. 37-40.

O Presente e o Futuro
na
Fabrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela, Ld^a

Jorge Fernandes Alves

Todas as empresas têm o seu ciclo de vida, ao longo do qual se fazem sentir momentos de expansão e de contracção, seguindo de perto a evolução dos movimentos ondulatórios da economia, numa perspectiva estrutural. Mas o paralelismo dos movimentos macro e micro está longe de ser sincrónico. Nos desfasamentos verificados vem ao de cima o papel do empresário, tanto positiva como negativamente, pelo grau de iniciativa, de inovação e de racionalização que apresenta, pelo espírito empreendedor que evidencia, pelo uso diferenciado que faz

dos factores de produção, quadro este que ajuda a explicar a atrofia de determinadas empresas enquanto ao lado unidades concorrenciais experimentam fases de prosperidade.

A Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela é, neste aspecto, um bom exemplo daquilo a que alguns autores chamam o ciclo de vida das dinastias empresariais, com momentos bem demarcados de afirmação, ascensão e declínio. Dizer-se que a empresa completa 150 anos é indiscutível ao nível da realidade orgânica, mas temos de convir que a velha Fiação de Vizela, depois de um longo período em que se tornou a maior unidade têxtil da região sob a direcção da família Cabral, soçobrou pela década de 60 deste século, paralisando totalmente durante alguns anos. Em 1973, qual fénix mitológica, renasce das cinzas e, gradualmente, transforma-se numa nova unidade, redimensionada, actualizada e virada para o futuro, sob a tutela de novos empresários: Narciso Machado Guimarães e seus sucessores.

Tomar em mãos um gigante fabril completamente arruinado e transmitir-lhe de novo o "sopro vital" foi um desafio de proporções consideráveis! Para transmitirmos ao leitor o que representou esta transmutação fabril, nada melhor que trocar algumas impressões com alguém que acompanhou de perto o processo e que, de alguns anos a esta parte, é um dos quatro gestores da empresa, numa altura em que a indústria têxtil, quando perscruta ao longe, só vê nuvens escuras no horizonte. É nosso interlocutor José Armando Pinto Machado Guimarães, filho de Narciso Machado Guimarães e um dos seus sucessores à frente da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela desde o falecimento, há cerca de doze anos, do patriarca desta vasta família dedicada desde sempre aos têxteis. Integrando uma gestão colegial, composta por quatro dos seis herdeiros da empresa (modelo extensivo às outras três fábricas do grupo), José Armando é um gestor que transpira dinamismo, capacidade e entusiasmo, que discorre com facilidade e humor sobre os aspectos mais abrangentes, criando um diálogo envolvente em que a noção do tempo dispendido se perde rapidamente.

O têxtil: uma tradição familiar

A "vocação" têxtil da família é, naturalmente, a grande razão de José Armando estar ali e agora, dando continuidade a uma tradição que se tornou num "modo de

vida", responsabilizando-o por mais esta célula do grupo empresarial que Narciso Guimarães fez questão de legar aos seus descendentes.

O percurso empresarial da família não é fácil de contar em poucas linhas. Radica, pelo menos, nas duas últimas décadas do século passado, ao nível da terceira geração anterior à actual, com a instalação da Fábrica de S. António de Caíde, junto ao Ave, por iniciativa de José Alves Salazar, sogro de seu avô José Machado Guimarães. Por 1890, a fábrica foi trespassada a um irmão do proprietário, mas seria o jovem José a dinamizá-la, conferindo-lhe uma dimensão apreciável: atingiu rapidamente os 200 teares manuais nas suas oficinas, com outros teares caseiros a trabalharem para ela (segundo Carlos Bastos, Narciso Ferreira chegou a trabalhar com os seus teares para esta fábrica, muito antes de atingir o estatuto de grande industrial conseguido posteriormente). Em 1908, José Machado Guimarães vai dirigir a Fábrica de Fiação e Tecidos de Bairro (V. N. Famalicão) de que se tornará sócio, participando posteriormente noutras sociedades, em Ronfe e em Bairro, para em 1922 criar a sua própria e exclusiva fábrica - a Empresa Industrial de Negrelos, Lda.. Fábrica que prosperou e na qual contava com o apoio dos seus filhos, Francisco José e Narciso José, respectivamente o mais velho e o mais novo.

Acompanhemos, a partir daqui, o percurso deste último, o pai de José Armando, nosso interlocutor. Narciso Machado Guimarães faz o seu tirocínio empresarial na Empresa Industrial de Negrelos, onde ocupará lugares de direcção. Mas o sentido da autonomia e da libertação da tutela paternal é mais forte: em 1947, vai começar a construir uma fábrica à sua medida que ainda hoje é, em vários aspectos, uma fábrica modelo - a *FIATECE - Sociedade Têxtil Narciso José Machado Guimarães & Fºs, Lda*, em Vila das Aves.

Dez anos mais tarde, em 1957, ocorre o falecimento de José Machado Guimarães e do seu filho mais velho, Francisco José. Narciso que passa a dispôr, por herança, de uma quota da Empresa Industrial de Negrelos, adquire a parte restante e assume por inteiro a sua propriedade, reorganiza-a e moderniza-a. E em 1964, a velha Fábrica de Bairro, com grandes ligações afectivas à família, agoniza nas complicações dos seus mais de cinquenta sócios, acabando por ir à praça. Narciso José procede à respectiva aquisição e confere-lhe desenvolvimento.

Tudo indica que, pelos anos 60, havia uma geração de industriais têxteis, com pergaminhos de tradição no Vale do Ave, em grandes dificuldades, incapazes de acompanharem a modernização, nomeadamente ao nível de investimento e equipamento, e sendo substituídos gradualmente por sangue novo. No final da

década, lá estava a pioneira *Fábrica de Fiação do Rio Vizela* completamente parada, a ganhar ferrugem nos equipamentos e à espera de comprador, uma vez falida a *Sociedade de Fiação e Tecelagem do Rio Vizela, SARL*, sociedade anónima criada em 1953 para tomar de arrendamento aquela unidade fabril. Apesar de os finais dos anos 60 e inícios de 70 serem tempos particularmente expansionistas para o sector têxtil: havia o mercado colonial a crescer, não obstante a guerra (ou talvez por isso); havia a entrada no mercado europeu, através da EFTA! Numa jogada arriscada, Narciso Machado Guimarães não hesitou e adquiriu este parque industrial à família Cabral, completando um conjunto de quatro fábricas, todas na mesma especialização e concentradas geograficamente.

E quando alguém lhe pergunta "*Então, Snr. Narciso, tanta fábrica, para quê mais uma e logo esta?*", o já velho industrial responde: *Olha, os meus filhos nunca hão-de ser ricos, mas vão ter muito trabalhinho toda a vida!* Resposta que, por si só, é reveladora da matriz telúrica que tem marcado tão decisivamente as representações patrimoniais dos industriais do Norte.

Fiação do Rio Vizela: recuperar um monte de sucata

Diz-nos José Armando que a intenção familiar subjacente à aquisição da Fábrica do Rio Vizela era apenas a de utilizar a fiação, uma pequeníssima parte da tecelagem e, essencialmente, promover a tinturaria e acabamentos, operações estas antes encomendadas ao exterior, dado o grupo ser grande produtor de telas. Mas as ocorrências do acaso farão com que ela venha a ocupar um lugar mais destacado na dinâmica do grupo. Com efeito, pouco depois daquela última aquisição (Março/73), a Fábrica de Bairro ardeu por completo. E a velha Fábrica do Rio Vizela servirá então para ocupar grande parte do pessoal desalojado e colmatar as lacunas de produção criadas pelo incêndio.

Começam então os verdadeiros problemas, o confronto com a real situação da Fábrica, que esteve parada cerca de seis anos. O equipamento estava totalmente inoperacional, antiquado e/ou completamente estragado: *são 1800 teares para a sucata! Toneladas de material que terão de ser vendidos a conta-gotas para não estragar o preço de mercado.... da sucata!* E quando Narciso manda um picheleiro controlar as infiltrações de água pelos caleiros dos telhados e anotar as necessidades de reparações, repara que ele desapareceu por uns tempos, não dando sinais de vida. Acabará por voltar, com anotações que apontam para a necessidade de colmatar 3,5

quilómetros de caleiros! A dimensão dos 90000m² de área fabril vem ao cima, com todo o seu peso. Mesmo para pôr a trabalhar apenas uma pequena parte da fábrica, deixando de lado as partes mais antiquadas, foi necessário um grande esforço financeiro.

E, recorda José Armando, o promissor ano de 1973 termina de forma dramática: incêndio da Fábrica de Bairro, sem se enviar ninguém para o desemprego, investimentos na Fiação do Rio Vizela para a sua reabilitação, compromissos anteriores para a instalação de 200 novos teares na FIATECE, o disparar dos preços com a crise petrolífera e... finalmente, a revolução de 25 de Abril de 1974! Tudo num espaço de doze meses.

Os desafios pós-1974

Para lá do ambiente político característico deste período e das tensões sociais a ele inerentes, o grupo têxtil passa, de repente, a defrontar-se com graves problemas de escoamento da produção. Bastará lembrar que 1/3 da produção da FIATECE era absorvido pelos mercados africanos das colónias portuguesas. A reorientação neste campo teve de ser profunda. Passou, entretanto, a haver uma maior abertura de outros mercados às nossas exportações, nomeadamente o mercado europeu; por outro lado, o mercado interno de pano cresceu consideravelmente, com o desenvolvimento do sector de confecções e a multiplicação de fábricas neste sector.

Mas estes mercados exigiram maior grau de qualidade na produção e muitas empresas têxteis defrontaram-se desde logo com a necessidade de recrutarem pessoal com grande especialização técnica, sem o mercado estar devidamente apetrechado, dadas as características de feição artesanal e de "desenrasca" que tradicionalmente eram apanágio do sector. Muitas empresas defrontaram-se, então, paradoxalmente, com um problema que durante anos fora a sua mais-valia: pessoal não especializado e abundante, que agora surgia excedentário face à situação de mercado e à necessidade de ganhos de competitividade através da automatização e, por outro lado, carências de pessoal altamente qualificado. Foi, então, necessário investir na qualificação de um grupo de pessoas que se tornaram decisivas para resolver os problemas que surgiam em catadupa, nomeadamente as necessidades de adaptações técnicas em equipamentos próximos da obsolescência, como forma de os recuperar e integrar nas linhas de produção, minorando os investimentos.

Mas havia a esperança, a "luz ao fundo do túnel", que surge com os anos 80. Esta década trouxe anos bons, os chamados "anos têxteis", com a aproximação ao Comunidade Económica Europeia, apesar dos fantasmas que isso representava para muitos. Havia agora uma percepção mais nítida dos sentidos a aprofundar, conhecia-se o modelo a seguir, sabiam-se os caminhos da evolução da têxtil nos outros países. *Por essa altura, fizemos grandes investimentos*, afirma o empresário José Armando.

Mas o fantasma chegou mais depressa do que se esperava, os anos 90 trouxeram de novo grandes problemas: a abertura mundial dos mercados e a queda do muro de Berlim, produziram efeitos conjugados de forte concorrência. De repente, os mercados verdadeiramente compradores - Estados Unidos e Europa, são assolados por produtos vindos de outras zonas produtoras a preços completamente desequilibrados.

Foi um choque enorme! Já esperado, é certo, mas uma coisa é pressenti-lo, outra vivê-lo. Um dos nossos melhores produtos e dos mais vendidos de repente passa a ser importado pela concorrência ao preço a que nos chegava o respectivo fio! - lamenta-se o gestor da Fiação do Rio Vizela.

Sem despedir ninguém, o grupo empresarial passou, no entanto, por uma cura de emagrecimento ao nível de pessoal. Se, em 1987, o volume de pessoal era de cerca de 1960 pessoas, agora ronda os 1200 funcionários. Para isso, houve que congelar admissões, regra só quebrada em situações muito específicas, e esperar pelo movimento natural de reformas, pois o nível etário do pessoal era, na altura, bastante elevado, sendo frequente surgirem pessoas de meia-idade com trinta anos e mais de serviço, como resultado de uma iniciação profissional muito precoce. A legislação especial para a região do vale do Ave, facilitando as pré-reformas, permitiu acelerar este processo para além das expectativas, por opção voluntária dos interessados, principalmente aos níveis mais baixos de remuneração. Certas opções técnicas antes inviáveis dado o excedente de pessoal e suas características começam agora a ser possíveis e tem vindo a garantir alguma margem de competitividade às empresas do grupo.

Um modelo familiar

Embora haja acções complementares, as quatro empresas do grupo mantêm a sua autonomia e a administração é assegurada simultaneamente pelas mesmas pessoas, com os seis irmãos Machado Guimarães como sócios, com quatro deles a constituírem a equipa de gestão que administra colegial e simultaneamente cada uma das unidades, nas suas diversas vertentes. Há, naturalmente, o aproveitamento de serviços comuns, como por exemplo, a centralização dos serviços de contabilidade. O pessoal também pode circular pelas quatro fábricas, colmatando necessidades específicas, o mesmo se passando com equipamento ou com determinadas fases da produção. Não há, no entanto, uma opção pela integração total das empresas que aposte na especialização sistemática, como forma de garantir a prazo a independência de cada unidade. Nem há alguma "holding" ou qualquer outra ligação institucional deste tipo, ao nível da administração de capitais.

Há, porém, esforços para racionalizar as potencialidades do grupo ao nível da produção, procurando-se concentração e maior eficácia operacional. Nesse sentido, vislumbram-se dois pólos fabris, um em torno das fábricas de Negrelos e Rio Vizela, outro em torno das unidades de Bairro e da FIATECE. Mas mantendo a filosofia tradicional do grupo, que tem sido o suporte da estabilidade, ou seja apostando numa grande diversidade de produtos e na versatilidade. As exigências crescentes do mercado e a necessidade de ganhar velocidade nas respostas aconselham uma reorganização total do grupo, nomeadamente ao nível da dinâmica comercial, dotando-a de maior agressividade e eficácia. Necessidade que, de resto, é sentida em grande parte das empresas portuguesas, fruto de uma postura tradicional com grande peso histórico. Mas hoje não se pode trabalhar para *stocks*. Por isso é preciso ter uma grande ligação ao mercado, saber exactamente o que ele quer, ser rápido e versátil. São necessárias mudanças profundas, mesmo ao nível da mentalidade, mas que levam tempo e têm custos sociais.

E o futuro da têxtil?

Por mais crise que haja, a indústria têxtil portuguesa é uma realidade incontornável. Basta dizer que é a maior consumidora de algodão na Comunidade Europeia. A nossa experiência, a nossa proximidade dos mercados compradores, a renovação das matérias primas ao nível das fibras que permite ganhar alguma independência face aos países produtores de algodão e ao seu esforço para verticalizarem o sector, são factores que garantem alguma esperança aos têxteis

portugueses, acredita-se na Fábrica do Rio Vizela. Haverá sempre a possibilidade de dominarmos uma pequena parcela da imensa variedade de soluções têxteis.

Há, então, lugar para o optimismo no sector têxtil? *Nenhum*, confessa o gestor José Armando Machado Guimarães. *Hoje ninguém consegue prever exactamente o que vai acontecer. Resta-nos navegar à vista. Os acordos do GATT constituem um grande problema. Eu compreendo a necessidade de relações especiais com a Europa de Leste ou o Magrebe. Mas, sem ser a favor de protecçionismos, temos de reconhecer que a concorrência por parte dos asiáticos é profundamente desleal, pois as suas condições de produção são completamente diferentes por razões históricas e sociais.*

A exposição dos 150 anos ?

Foi uma experiência positiva, potenciada pela Câmara Municipal de S. Tirso. Prevíamos uma pequena exposição caseira, mas a Câmara julgou que se tratava de uma assunto demasiado importante para a região... De qualquer modo, a ideia subjacente à exposição era revelar o plano estratégico. Comemorar para quê? Não para mostrar que a Fábrica do Rio Vizela estava velha de 150 anos, mas claramente para afirmar a juventude da casa, para mostrar que se sente com força, quiçá para viver mais outro tanto.

* Artigo no âmbito do projecto "Estruturas Sócio-Económicas e Industrialização no Norte de Portugal (sécs. XIX e XX)", patrocinado pela JNICT.

¹ ADP, PO4, 528, 8.7.1845.

² ADP, PO2, 461,30.1.1847.

³ ADP, PO4, 4ª série, 530, 5.4.1847.

⁴ E. de Queirós Ribeiro, "A indústria têxtil-algodoeira portuguesa", in *Indústria do Norte*, nºs 310-312, 1945, pp. 105-115.

⁵ Sobre este protagonista, cf. Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994., p. 263.

⁶ ADP, PO4, 4ª série, Lv. 599, 23.4.1873. e 8.5.1873.

⁷ ADP, PO4, 4ª série, L.618, 24.9.1877.

⁸ Cf. Catálogo da Exposição "Comemoração dos 150 anos - Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela", Santo Tirso, 1995, p. 18.

⁹ *Inquérito Industrial de 1881, Visita às Fábricas do districto Administrativo do Porto*, Lisboa, 1881, p. 118

¹⁰ MOPCI, *Inquérito Industrial de 1890*, vol. IV, Lisboa, 1891.

¹¹ ADP, PO4, 4ª série, 791.

¹² A elevação de Diogo Cabral a Conde de Vizela em 1900, embora formalmente atribuída à sua acção na Fábrica de Fiação, ocorre numa conjuntura de crise política de que se não pode desligar. A Associação Industrial Portuense e os industriais a ela affectos contestavam fortemente o governo devido às medidas quarentenárias impostas à Cidade por ocasião da peste bubónica de 1899, com graves prejuízos para a actividade económica cidadina. Desta luta contra o governo central saíu fortalecida a Associação, que aproveitou a ocasião para acelerar a fusão com a União dos Industriais do Norte e com a Associação de Classe dos Industriais de Algodão. Mas esta última, onde pontificava Diogo Cabral, desligou-se à última hora dessa fusão, apesar de ele ter sido eleito presidente da AIP no contexto de redistribuição de poderes então organizada. Cargo que nunca chegou a ocupar, sendo então públicas as divergências de posicionamento entre Cabral, pró-governamental, e a maioria dos associados da AIP, onde já fervilhavam os republicanos.

¹³ Além da imprensa da época, cf. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários*, Lisboa, I.C.S., 1986, pp. 186-7.